

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8064689-96.2023.8.05.0000

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros

Advogado (s): Defensora Pública Bel.^a Luma Pacheco Cunha do Nascimento
Neves

IMPETRADO: EXCELENTÍSSIMO (A) JUIZ (A) PLANTONISTA – PLANTÃO REGIONAL
DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

ACORDÃO

HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL LEVE PRATICADA EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A irmã. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE nulidade no apf decorrente de violência policial. Não conhecimento. Ausência de comprovação de plano. Necessidade de dilação probatória. Inviável na via estreita do writ. Alegação de FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA NO decreto de prisão preventiva. OCORRÊNCIA. Gravidade abstrata da conduta. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO DO PERICULUM LIBERTATIS. RISCO À ORDEM PÚBLICA NÃO EVIDENCIADO. Desproporcionalidade da prisão preventiva. Caráter residual da segregação cautelar. Suficiência, adequação e proporcionalidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Necessidade de cumprimento das medidas protetivas de urgência fixadas em favor da ofendida pelo juízo primevo. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO, E NESTA EXTENSÃO, concedida a ordem.

I – Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado pela

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Defensora Pública Bel.^a Luma Pacheco Cunha do Nascimento Neves, em favor do Paciente CLAUDIAN DIAS MACHADO, apontando como Autoridade Coatora o JUÍZO DO PLANTÃO UNIFICADO DE 1º GRAU.

II – A Impetrante pleiteia a revogação da prisão preventiva do Paciente sob os fundamentos, em síntese, de: a) violação ao direito fundamental do Paciente de não ser submetido a práticas ilegais e arbitrárias que comprometam sua integridade física e mental praticadas por agentes estatais; b) ausência dos pressupostos para a prisão cautelar; c) violação ao princípio da homogeneidade, posto que a medida cautelar é mais gravosa que uma eventual pena decorrente do processo penal; e, por fim, d) condições subjetivas favoráveis do Paciente.

III – Em que pesem tais alegações, não se pode comprovar na via estreita deste Habeas Corpus, que as lesões identificadas em Laudo de Exame de Lesões Corporais, foram ocasionadas por agentes policiais, uma vez que a ofendida em sede inquisitorial em ID 423791707, relatou que “Claudian, vulgo “Calebe” partiu para cima da sua mãe Luzinete, entrado em luta corporal com ela” (...) que enquanto Caludian, vulgo “Calebe” brigava com a sua genitora, a declarante correu para defendê-la”, bem como o acusado Matheus Dias Machado, irmão da ofendida e do Paciente, em seu interrogatório em sede inquisitorial de ID 423791708, informou que “seu irmão Claudian começou a discutir com sua mãe Luzinete, tendo ambos entrado em luta corporal, que sua mãe Luzinete agrediu fisicamente Claudian”. Nessa linha intelectual, a Corte de Cidadania possui entendimento consolidado no sentido de que “A aventada ilicitude da prova trata-se de questão de fato, o que torna inadmissível a apreciação da tese diretamente por esta Corte na via estreita do habeas corpus, por demandar o exame de matéria probatória.” (STJ, AgRg no HC n. 837.503/ES, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 2/10/2023, DJe de 5/10/2023). Assim, não é possível verificar, de plano, em um exame perfunctório dos autos, a certeza do quanto aduzido pela Impetrante, devendo ser promovida a sua análise pelo Juízo a quo, na devida instrução processual, sobretudo pela impossibilidade de dilação probatória na estreita via do writ.

IV – Da análise dos autos, verifica-se que o Paciente foi preso em flagrante, em 08/12/2023, pela suposta prática dos delitos previstos dos delitos de ameaça (Art. 147 do Código Penal) e de lesão corporal praticada contra a mulher por razões da condição do sexo feminino (Art. 129 § 13 do Código Penal), ambos no contexto da Lei nº 11.340, “Lei Maria da Penha”, sendo sua prisão em flagrante convertida em preventiva, em 01/11/2022.

V – Da leitura do decreto prisional combatido, em cotejo com a documentação acostada aos presentes autos, constata-se que a segregação cautelar do Paciente não se encontra respaldada nos requisitos e pressupostos estabelecidos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal. Com efeito, o Juízo Impetrado, para decretar e manter a segregação cautelar do Paciente, fundamentou, de forma genérica, na necessidade de assegurar a ordem pública, limitando-se a mencionar a gravidade abstrata do delito, e em preservar a ordem pública, fundamentando em sentença que “concluiu pela gravidade concreta dos crimes e do risco à ordem pública, tendo em vista a prática de violência física e o emprego de arma branca, caracterizando o perigo atual e contemporâneo gerado pelo estado de liberdade dos imputados (art. 312, § 2º, do CPP). Nesse contexto, foi decretada a prisão cautelar de Claudian Dias Machado e de Mateus Dias Machado, como a garantia da ordem pública, restando inviabilizada a adoção

de medidas cautelares diversas da prisão (art. 282, § 6º, do CPP)”.
VI – Assim, vê-se que assiste razão à Impetrante, uma vez que restou

evidenciada a inidoneidade da fundamentação do decreto preventivo, tendo em vista que este não apresenta nenhum elemento concreto apto a ensejar a medida extrema, uma vez que as próprias declarações da ofendida, prestadas em sede inquisitorial, apontam que foi o acusado Mateus Dias Machado que utilizou o emprego de arma branca, e não o ora Paciente.

VII – É cediço que a segregação cautelar é medida extrema, que possui caráter residual, somente devendo ser aplicada nos casos em que se revelem incontestes o *fumus comissi delicti*, consistente na prova da materialidade do delito e indícios suficientes de autoria, bem como o *periculum libertatis*, quando se demonstre o efetivo perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

VIII – No caso em apreço, embora se verifique, em análise perfunctória, existir o *fumus comissi delicti*, o mesmo não pode ser dito quanto ao *periculum libertatis* do Paciente. Por ser medida excepcional, a prisão preventiva subordina-se à demonstração de sua criteriosa imprescindibilidade, no caso concreto, com a presença do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*, e não por meio da percepção subjetiva do julgador a respeito da gravidade abstrata do delito. Assim, as supostas condutas cometidas não evidenciam, automaticamente, o risco à ordem pública apto a ensejar a segregação cautelar do Paciente. Precedentes.

IX – Efetivamente, não se extraem dos autos quaisquer elementos empíricos aptos a demonstrar a imprescindibilidade da segregação cautelar do ora Paciente fundada no *periculum libertatis*. Outrossim, em que pese seja entendimento consolidado que as condições pessoais favoráveis, não têm o condão de, por si sós, garantirem a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar, no caso em comento, para além da ausência de demonstração nos autos do *periculum libertatis*, vale consignar que o Paciente possui endereço fixo na Comarca, é primário, não constando qualquer condenação transitada em julgado em seu desfavor.

X – Demais disto, inexiste demonstração nos fólios, na forma do art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, de que a imposição de medidas cautelares menos invasivas à liberdade não seriam suficientes e adequadas ao caso concreto. Assim, considerando-se as particularidades do caso em tela, não se justifica a manutenção da segregação cautelar do Paciente, sendo suficiente, adequado e proporcional a imposição de medidas cautelares menos severas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

XI – In casu, reputo adequado fixar as medidas cautelares previstas no art. 319, incisos I e IV, do CPP, quais sejam: a) comparecimento periódico em Juízo a cada 60 dias, para informar e justificar atividades, b) proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização judicial, bem como manter as medidas protetivas de urgência fixadas pelo Juízo primevo em favor da ofendida: “a) abstenção de se aproximar da requerente Maria Eduarda Dias Machado, mantendo distância mínima de 200 (duzentos) metros; b) proibição de manter contato com a ofendida Maria Eduarda Dias Machado, por qualquer meio de comunicação, a exemplo de telefonemas, mensagens eletrônicas de texto, de voz, e-mail's, redes sociais (Facebook, Instagram etc) ou aplicativos de celular como WhatsApp e Telegram, dentre outros semelhantes; c) proibição de frequentar lugares em que saiba da presença da vítima Maria Eduarda Dias Machado, em especial a sua residência e o seu local de trabalho, a fim de preservar a sua integridade física e

psicológica. Em caso de coincidir de ambos irem a um mesmo ambiente, aberto ao público ou não, aquele que já estiver no local terá preferência em permanecer” – ficando advertido o Paciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas supramencionadas poderá ensejar o seu retorno ao cárcere.

XII – Ressalte-se que, nos moldes do inciso II, do artigo 282, do CPP, a Autoridade Impetrada poderá, diante das circunstâncias e condições pessoais do Paciente, determinar outras medidas cautelares previstas no artigo 319, da retromencionada legislação, desde que, fundamentadamente, demonstre serem adequadas ao caso concreto.

XIII – Por derradeiro, tendo em vista a concessão da liberdade provisória ao Paciente ficam prejudicados os demais pleitos suscitados no writ.

XIV – Ordem CONHECIDA PARCIALMENTE e, nessa extensão, CONCEDIDA, para revogar a prisão preventiva do Paciente, aplicando-se as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319, incisos I e IV, do CPP, consistentes em: a) comparecimento periódico em Juízo a cada 60 dias, para informar e justificar atividades e; b) proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização judicial, com a manutenção das medidas protetivas de urgência fixadas pelo Juízo primevo em favor da ofendida, ficando advertido o Paciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas supramencionadas poderá ensejar o seu retorno ao cárcere.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8064689-96.2023.8.05.0000, impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, em favor do Paciente CLAUDIAN DIAS MACHADO, apontando como Autoridade Coatora o JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LUIZ EDUARDO MAGALHÃES/BA,

ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Criminal Segunda Turma Julgadora do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade de votos, em CONHECER PARCIALMENTE do Habeas Corpus e, nesta extensão, CONCEDER a ORDEM, para revogar a prisão preventiva do Paciente, aplicando-se as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319, incisos I e IV, do CPP, consistentes em: a) comparecimento periódico em Juízo a cada 60 dias, para informar e justificar atividades e; b) proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização judicial, com a manutenção das medidas protetivas de urgência fixadas pelo Juízo primevo em favor da ofendida, ficando advertido o Paciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas supramencionadas poderá ensejar o seu retorno ao cárcere, e assim o fazem pelas razões que integram o voto do eminente Relator.

Expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA no BNMP 2.0 em favor de CLAUDIAN DIAS MACHADO, RG. n.º 24.241.740-08, filho de Luzinete Dias Machado e Cláudio Ferreira Machado, que deve ser imediatamente posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, com rigorosa e estrita observância das cautelares fixadas, bem como das medidas protetivas de urgência fixadas pelo Juízo de origem, ficando advertido o Paciente de que o descumprimento de qualquer das medidas cautelares estabelecidas poderá ensejar seu retorno ao cárcere.

Sala das Sessões da Primeira Câmara Criminal 2ª Turma do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 20 de fevereiro de 2024.

PRESIDENTE

DESEMBARGADOR BALTAZAR MIRANDA SARAIVA

RELATOR

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA
BMS10

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA

DECISÃO PROCLAMADA

Concedido Por Unanimidade
Salvador, 20 de Fevereiro de 2024.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8064689-96.2023.8.05.0000

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

IMPETRANTE:CLAUDIAN DIAS MACHADO

Advogado (s): Defensora Pública Bel.^a Luma Pacheco Cunha do Nascimento
Neves

IMPETRADO: EXCELENTÍSSIMO (A) JUIZ (A) PLANTONISTA – PLANTÃO REGIONAL
DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

RELATÓRIO

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Defensora Pública Bel.^a Luma Pacheco Cunha do Nascimento Neves, em favor do Paciente CLAUDIAN DIAS MACHADO, apontando como Autoridade Coatora o JUÍZO DO PLANTÃO UNIFICADO DE 1º GRAU.

Esclarece a Impetrante que a Autoridade Coatora homologou e converteu em preventiva a prisão em flagrante do Paciente, ocorrida em 08/12/2023, pela suposta prática dos delitos previstos no art. 147 e art. 129, § 13, do Código Penal, no âmbito da Lei nº 11.340/2006.

Todavia, aduz que, durante o procedimento de prisão em flagrante, agressões foram perpetradas em face do Paciente, gerando a ilegalidade do ato praticado, por ocasião da incursão policial, havendo, inclusive, laudo produzindo por representantes do Poder Público relatando e demonstrando as violências policiais realizadas contra os detentos.

Além disso, informa que, em entrevista reservada com o Órgão da Defensoria Pública, o Paciente relatou que, durante a prisão, ele juntamente com o outro custodiado foram agredidos pelos policiais com tapas e com cacetete, sendo que a violência ocorreu na frente da Delegacia de Polícia, ainda na madrugada do dia 08/12/2023.

Colaciona, ainda, fotos do Paciente, destacando que este foi submetido a atendimento médico no Conjunto Penal de Barreiras, pois queixava-se de dores, sendo constatado que sofreu lesões, traumas e hematomas na região posterior do tórax e coxa.

Nesta senda, alega que, a despeito da ilegalidade patente, a Autoridade Coatora homologou a prisão em flagrante e decretou a prisão preventiva com fundamento na garantia da execução das medidas protetivas e da garantia da ordem pública, o que configura constrangimento ilegal.

Segue discorrendo acerca do necessário enfrentamento às práticas endêmicas de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes no sistema de justiça brasileiro, bem como salienta que há nos autos de comunicação da prisão indícios praticamente indiscutíveis que tanto o Paciente quanto a pessoa presa com este foram submetidos à tortura por agentes estatais.

Lado outro, argumenta que a Autoridade Coatora desconsiderou as circunstâncias pessoais do Paciente (primário e de bons antecedentes), sendo certo que, no caso de eventual denúncia e condenação, especialmente por ser tratarem de delitos apenados com detenção e reclusão de 01 (um) a 4 (quatro) anos, ele fará jus a regime de pena diferente do fechado, com possibilidade de substituição por pena restritiva de direitos. Assim,

defende que a decretação da prisão preventiva viola o princípio da homogeneidade das cautelares, tendo em vista que a medida cautelar é mais gravosa que uma eventual pena decorrente do processo penal.

Outrossim, afirma que a decisão que converteu o flagrante em prisão preventiva teve por fundamento, de forma genérica, a garantia da execução das medidas protetivas de urgência e a garantia da ordem pública, não podendo ser mantido tal entendimento, devendo prevalecer o princípio constitucional da não culpa.

Por fim, assevera que não constam nos autos quaisquer fatores que indiquem que a liberdade do Paciente venha a pôr em risco a ordem pública ou econômica, o andamento da instrução processual ou a aplicação da lei penal.

Com base em tais considerações, requer a concessão da ordem, com a imediata expedição de alvará de soltura em favor do Paciente, por meio de provisão liminar e, em caráter definitivo.

Para subsidiar suas alegações, acostou a documentação de ID 55542938 e seguintes.

A liminar foi indeferida (ID 55601601).

Seguidamente, foram acostados aos autos as informações do Juízo Impetrado (ID 56375978).

Em parecer, a d. Procuradoria de Justiça opinou pelo conhecimento e denegação da ordem impetrada. (ID 56716391).

Com este relato, e por não se tratar de hipótese que depende de revisão, nos termos do artigo 166 do RI/TJBA, encaminhem-se os autos à Secretaria para inclusão em pauta.

Salvador, 02 de fevereiro de 2024.

DESEMBARGADOR BALTAZAR MIRANDA SARAIVA
RELATOR
BMS10

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8064689-96.2023.8.05.0000

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros

Advogado (s): Defensora Pública Bel.^a Luma Pacheco Cunha do Nascimento Neves

IMPETRADO: EXCELENTÍSSIMO (A) JUIZ (A) PLANTONISTA – PLANTÃO REGIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

VOTO

Conforme relatado, cuida-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Defensora Pública Bel.^a Luma Pacheco Cunha do Nascimento Neves, em favor do Paciente CLAUDIAN DIAS MACHADO, apontando como Autoridade Coatora o JUÍZO DO PLANTÃO UNIFICADO DE 1º GRAU.

A Impetrante pleiteia a revogação da prisão preventiva do Paciente sob os fundamentos, em síntese, de: a) violação ao direito fundamental do Paciente de não ser submetido a práticas ilegais e arbitrárias que comprometam sua integridade física e mental praticadas por agentes estatais; b) ausência dos pressupostos para a prisão cautelar; c) violação ao princípio da homogeneidade, posto que a medida cautelar é mais gravosa que uma eventual pena decorrente do processo penal; e, por fim, d) condições subjetivas favoráveis do Paciente.

Passa-se à análise das teses suscitadas no writ.

I – PLEITO DE RELAXAMENTO DA PRISÃO ANTE A VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL DO PACIENTE AO SER SUBMETIDO A PRÁTICAS ILEGAIS E ARBITRÁRIAS QUE COMPROMETAM SUA INTEGRIDADE FÍSICA E MENTAL PRATICADAS POR AGENTES ESTATAIS.

A Impetrante, aduz que, durante o procedimento de prisão em flagrante, agressões foram perpetradas em face do Paciente, gerando a ilegalidade do ato praticado, por ocasião da incursão policial, havendo, inclusive, laudo produzindo por representantes do Poder Público relatando e demonstrando as violências policiais realizadas contra os detentos.

Em que pesem tais alegações, não se pode comprovar na via estreita deste Habeas Corpus, que as lesões identificadas em Laudo de Exame de Lesões Corporais, foram ocasionadas por agentes policiais, uma vez que a ofendida em sede inquisitorial em ID 423791707, relatou que “Claudian, vulgo “Calebe” partiu para cima da sua mãe Luzinete, entrando em luta corporal com ela” (...) que enquanto Caludian, vulgo “Calebe” brigava com a sua genitora, a declarante correu para defendê-la”, bem como o acusado Matheus Dias Machado, irmão da ofendida e do Paciente, em seu interrogatório em sede inquisitorial de ID 423791708, informou que “seu irmão Claudian começou a discutir com sua mãe Luzinete, tendo ambos entrado em luta corporal, que sua mãe Luzinete agrediu fisicamente Claudian”.

Nessa linha intelectual, a Corte de Cidadania possui entendimento consolidado no sentido de que “A aventada ilicitude da prova trata-se de questão de fato, o que torna inadmissível a apreciação da tese diretamente por esta Corte na via estreita do habeas corpus, por demandar o exame de matéria probatória.” (STJ, AgRg no HC n. 837.503/ES, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 2/10/2023, DJe de 5/10/2023).

Assim, não é possível verificar, de plano, em um exame perfunctório dos autos, a certeza do quanto aduzido pela Impetrante, devendo ser promovida a sua análise pelo Juízo a quo, na devida instrução processual, sobretudo pela impossibilidade de dilação probatória na estreita via do writ.

II – ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO CAUTELAR

A Impetrante pleiteia o relaxamento ou a revogação da prisão preventiva do Paciente, sob os argumentos, em síntese, de que a prisão preventiva foi decretada sem fundamentação idônea, inexistindo requisitos legais autorizadores para a sua manutenção.

Da análise dos autos, verifica-se que o Paciente foi preso em flagrante, em 08/12/2023, pela suposta prática dos delitos previstos dos delitos de ameaça (Art. 147 do Código Penal) e de lesão corporal praticada contra a mulher por razões da condição do sexo feminino (Art. 129 § 13 do Código Penal), ambos no contexto da Lei nº 11.340, “Lei Maria da Penha”, sendo sua prisão em flagrante convertida em preventiva, em 01/11/2022.

Importante consignar que a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, manifestou-se sobre os pressupostos e requisitos da medida cautelar em face do Paciente, nos seguintes termos: (ID 55542941).

“[...] Na hipótese, trata-se da suposta prática dos delitos de ameaça (art. 147 do Código Penal), lesão corporal contra a mulher em razão das condições do sexo feminino (art. 129, § 13, do Código Penal) e cárcere privado (art. 148, § 1º, I, do Código Penal) pelos custodiados MATEUS DIAS MACHADO e CLAUDIAN DIAS MACHADO. E, ainda, a suposta prática do delito de descumprimento de medidas protetivas de urgência (art. 24-A da Lei n. 11.340/2006) pelo custodiado CLAUDIAN DIAS MACHADO. Em análise dos relatos da vítima Maria Eduarda Dias Machado, irmã dos custodiados (ID 423791707 – Pág. 23), do custodiado CLAUDIAN DIAS MACHADO (ID 423791708 – Pág. 6-7) e do custodiado MATEUS DIAS MACHADO (ID 423791708 – Pág. 19) verifico carência de elementos quanto ao delito de cárcere privado. Da mesma forma, não há demonstração da prática do delito de descumprimento de medidas

protetivas de urgência, pois ausente comprovação da vigência de medidas protetivas de urgência em favor da vítima e de intimação do custodiado para o respectivo cumprimento. De outro lado, há indicativos da prática dos demais delitos acima apontados. Os delitos em exame são dolosos e apenados com penas privativas de liberdade inferiores ou limitadas a quatro anos, não encontrando guarida no art. 313, I, do CPP. De outro lado, trata-se de delitos praticados no contexto de violência doméstica e familiar, atraindo a incidência do art. 313, III, do CPP, sobretudo em razão da necessidade de garantir a execução das medidas protetivas de urgência. Nesse particular, a vítima Maria Eduarda Dias Machado, irmã dos custodiados, solicitou a concessão de medidas protetivas de urgência, as quais, à luz dos fatos descritos neste caderno policial, merecem ser deferidas, a fim de salvaguardar a sua vida e integridade física. Nessa toada, reputo imprescindível a decretação da prisão preventiva dos custodiados, a fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência, pelo menos até o advento de indicativos da suficiência das medidas protetivas de urgência sem a cumulação com a prisão cautelar. Assim, as circunstâncias e os elementos apurados até o momento permitem a conclusão, em cognição sumária, pela gravidade concreta dos crimes e do risco à ordem pública – mesmo porque praticados mediante violência física e emprego de arma branca (faca) – e, assim, resta presente o perigo atual e contemporâneo gerado pelo estado de liberdade dos imputados (art. 312, § 2º, do CPP). Logo, a prisão preventiva é necessária como garantia da ordem pública e, por consequência, resta inviabilizada a adoção de medidas cautelares diversas da prisão (art. 282, § 6º, do CPP). Diante do exposto, HOMOLOGO o presente Auto de Prisão em Flagrante e CONVERTO a prisão em flagrante em prisão preventiva em desfavor de MATEUS DIAS MACHADO e de CLAUDIAN DIAS MACHADO, qualificados nos autos, sem prejuízo de posterior revisão pelo Juízo de Direito competente à luz do disposto no art. 316 do CPP. Expeça-se o mandado de prisão decorrente de conversão do flagrante em preventiva. Alimentese o sistema BNMP2. Ainda, em razão dos indicativos da prática de violência doméstica e familiar contra a vítima Maria Eduarda Dias Machado, concedo as seguintes medidas protetivas de urgência, impondo aos custodiados MATEUS DIAS MACHADO e CLAUDIAN DIAS MACHADO, sob as penas da lei: a) abstenção de se aproximar da requerente Maria Eduarda Dias Machado, mantendo distância mínima de 200 (duzentos) metros; b) proibição de manter contato com a ofendida Maria Eduarda Dias Machado, por qualquer meio de comunicação, a exemplo de telefonemas, mensagens eletrônicas de texto, de voz, e-mail's, redes sociais (Facebook, Instagram etc) ou aplicativos de celular como WhatsApp e Telegram, dentre outros semelhantes; c) proibição de frequentar lugares em que saiba da presença da vítima Maria Eduarda Dias Machado, em especial a sua residência e o seu local de trabalho, a fim de preservar a sua integridade física e psicológica. Em caso de coincidir de ambos irem a um mesmo ambiente, aberto ao público ou não, aquele que já estiver no local terá preferência em permanecer; As medidas protetivas ora decretadas poderão ser prorrogadas, revistas ou substituídas se as circunstâncias apuradas em audiência ou em manifestação das partes demonstrarem necessidade. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defesa. Após o cumprimento das diligências de praxe, proceda-se à redistribuição ao Juízo de Direito da Comarca competente [...]”. (Grifos nossos).

Assim, da leitura do decreto prisional combatido, em cotejo com a documentação acostada aos presentes autos, constata-se que a segregação

cautelar do Paciente não se encontra respaldada nos requisitos e pressupostos estabelecidos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, conforme se evidenciará adiante.

Insta consignar, inicialmente, que nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva só poderá ser decretada quando presentes o *fumus comissi delicti*, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o *periculum libertatis*, fundado no risco de que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública, à ordem econômica, à instrução criminal, ou à aplicação da lei penal.

Observa-se, portanto, que o Juízo Impetrado, para decretar e manter a segregação cautelar do Paciente, fundamentou, de forma genérica, na necessidade de assegurar a ordem pública, limitando-se a mencionar a gravidade abstrata do delito, e em preservar a ordem pública, fundamentando em sentença que “concluiu pela gravidade concreta dos crimes e do risco à ordem pública, tendo em vista a prática de violência física e o emprego de arma branca, caracterizando o perigo atual e contemporâneo gerado pelo estado de liberdade dos imputados (art. 312, § 2º, do CPP). Nesse contexto, foi decretada a prisão cautelar de Claudian Dias Machado e de Mateus Dias Machado, como a garantia da ordem pública, restando inviabilizada a adoção de medidas cautelares diversas da prisão (art. 282, § 6º, do CPP)”.

Assim, vê-se que assiste razão à Impetrante, uma vez que restou evidenciada a inidoneidade da fundamentação do decreto preventivo, tendo em vista que este não apresenta nenhum elemento concreto apto a ensejar a medida extrema, uma vez que as próprias declarações da ofendida, prestadas em sede inquisitorial, apontam que foi o acusado Mateus Dias Machado que utilizou o emprego de arma branca, e não o ora Paciente.

É cediço que a segregação cautelar é medida extrema, que possui caráter residual, somente devendo ser aplicada nos casos em que se revelem incontestes o *fumus comissi delicti*, consistente na prova da materialidade do delito e indícios suficientes de autoria, bem como o *periculum libertatis*, quando se demonstre o efetivo perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

No caso em apreço, embora se verifique, em análise perfunctória, existir o *fumus comissi delicti*, o mesmo não pode ser dito quanto ao *periculum libertatis* do Paciente.

Por ser medida excepcional, a prisão preventiva subordina-se à demonstração de sua criteriosa imprescindibilidade, no caso concreto, com a presença do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*, e não por meio da percepção subjetiva do julgador a respeito da gravidade abstrata do delito. Assim, as supostas condutas cometidas não evidenciam, automaticamente, o risco à ordem pública apto a ensejar a segregação cautelar do Paciente. Nesse sentido, transcreve-se os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

[...] 1. A prisão preventiva é uma medida excepcional, de natureza cautelar, que autoriza o Estado, observadas as balizas legais e demonstrada a

absoluta necessidade, restringir a liberdade do cidadão antes de eventual condenação com trânsito em julgado (art. 5º, LXI, LXV, LXVI e art. 93, IX, da CF). Exige-se, ainda, na linha inicialmente perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal e agora normatizada a partir da edição da Lei n. 13.964/2019, que a decisão esteja pautada em motivação concreta de fatos novos ou contemporâneos, bem como demonstrado o lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revelem a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime. 2. Hipótese na qual a custódia foi fundada apenas em ponderações sobre a gravidade abstrata do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, bem como relativas ao mal social decorrente de sua prática. Além disso, embora refiram-se as instâncias ordinárias à quantidade de drogas encontradas, tal fundamento não condiz com a realidade dos autos, em que foi apreendida quantidade que, embora razoável, não pode ser considerada expressiva, a ponto de sustentar a necessidade da segregação – 190g de maconha –, ainda que consideradas as 10 munições, desacompanhadas de arma de fogo, também encontradas com o agravado. Do mesmo modo, não se compatibilizam com os autos a descrição da natureza da droga apreendida como “dotada de notável poder destrutivo, e das mais nocivas à saúde e à paz social”. 3. Não foram indicados, portanto, elementos concretos a justificar a segregação cautelar, especialmente tratando-se de acusado primário. [...] (STJ, AgRg no RHC n. 161.768/CE, Quinta Turma, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Julgado em 31/03/2022). (Grifos nossos).

[...] 2. A jurisprudência desta Corte Superior não admite que a prisão preventiva seja amparada na mera gravidade abstrata do delito, por entender que elementos inerentes aos tipos penais, apartados daquilo que se extrai da concretude dos casos, não conduzem a um juízo adequado acerca da periculosidade do agente. 3. Quanto ao tráfico de drogas, fundamentos vagos, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque nada dizem acerca da real periculosidade do agente. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no RHC n. 156.904/BA, Sexta Turma, Relatora: Ministra LAURITA VAZ, Julgado em 15/03/2022). (Grifos nossos).

[...] 3. No caso, tanto a decisão que decretou a prisão preventiva como a que a manteve em primeira instância são genéricas. Nelas, não há nenhuma referência ao acontecimento levado ao conhecimento da Justiça por meio do auto de prisão em flagrante, muito menos alusão às condições pessoais do agente, tampouco menção a eventual peculiaridade que pudesse revelar a periculosidade real do flagrado ou a gravidade concreta do delito. [...] (STJ, RHC n. 67.597/SP, Sexta Turma, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Julgado em 14/3/2016). (Grifos nossos).

Efetivamente, não se extraem dos autos quaisquer elementos empíricos aptos a demonstrar a imprescindibilidade da segregação cautelar do ora Paciente fundada no periculum libertatis.

Outrossim, em que pese seja entendimento consolidado que as condições pessoais favoráveis, não têm o condão de, por si sós, garantirem a

revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar, no caso em comento, para além da ausência de demonstração nos autos do periculum libertatis, vale consignar que o Paciente possui endereço fixo na Comarca, é primário, não constando qualquer condenação transitada em julgado em seu desfavor.

Demais disto, inexistente demonstração nos fólios, na forma do art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, de que a imposição de medidas cautelares menos invasivas à liberdade não seriam suficientes e adequadas ao caso concreto. Veja-se, a respeito, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

[...] 1. No caso, as instâncias ordinárias não demonstraram, satisfatoriamente, a insuficiência de outras medidas menos gravosas que a prisão preventivas [...] 2. Não se pode ignorar que a prisão preventiva somente será decretada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar e quando realmente se mostre necessária e adequada às circunstâncias em que cometido o delito e às condições pessoais do agente, consoante exegese do art. 282, incisos I e II, c.c. o § 6.º, do Código de Processo Penal. [...]. (STJ, HC 529.297/SP, Sexta Turma, Relatora: Ministra LAURITA VAZ, Julgado em 05/03/2020, DJe 16/03/2020). (Grifos nossos).

[...] 5. Não obstante a presença de motivos que autorizam a constrição preventiva do acusado – notadamente o apresamento de balança de precisão e material para acondicionamento da substância ilícita –, reveladores da necessidade de acautelamento da ordem pública, não se mostram tais razões bastantes, em juízo de proporcionalidade, para manter o réu sob o rigor da cautela pessoal mais extremada. 6. In casu, o acusado é primário e o crime foi cometido sem o emprego de violência ou grave ameaça. Ademais, a quantidade de entorpecente apreendida não serviu de motivação para a manutenção da custódia provisória do paciente, pelas instâncias ordinárias, bem como os fatos narrados não têm o condão de, por si só, evidenciar o envolvimento do réu com organização criminosa. [...] 8. Ordem concedida, para substituir a prisão preventiva do paciente pelas providências cautelares previstas no art. 319, IV, V e IX, do CPP, sem prejuízo de outras medidas que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa indicar cabíveis e adequadas, assim como do restabelecimento da constrição provisória, se houver violação das medidas cautelares ou sobrevier situação que configure a exigência da cautelar mais gravosa. (STJ, HC n. 574.283/MG, Sexta Turma, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Julgado em 10/06/2020). (Grifos nossos).

Assim, considerando-se as particularidades do caso em tela, não se justifica a manutenção da segregação cautelar do Paciente, sendo suficiente, adequado e proporcional a imposição de medidas cautelares menos severas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

In casu, reputo adequado fixar as medidas cautelares previstas no art. 319, incisos I e IV, do CPP, quais sejam: a) comparecimento periódico em Juízo a cada 60 dias, para informar e justificar atividades, b) proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização judicial, bem como manter as medidas protetivas de urgência fixadas pelo Juízo primevo em favor da ofendida: “a) abstenção de se aproximar da requerente Maria Eduarda Dias Machado, mantendo distância mínima de 200 (duzentos) metros; b) proibição

de manter contato com a ofendida Maria Eduarda Dias Machado, por qualquer meio de comunicação, a exemplo de telefonemas, mensagens eletrônicas de texto, de voz, e-mail's, redes sociais (Facebook, Instagram etc) ou aplicativos de celular como WhatsApp e Telegram, dentre outros semelhantes; c) proibição de frequentar lugares em que saiba da presença da vítima Maria Eduarda Dias Machado, em especial a sua residência e o seu local de trabalho, a fim de preservar a sua integridade física e psicológica. Em caso de coincidir de ambos irem a um mesmo ambiente, aberto ao público ou não, aquele que já estiver no local terá preferência em permanecer" – ficando advertido o Paciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas supramencionadas poderá ensejar o seu retorno ao cárcere.

Ressalte-se que, nos moldes do inciso II, do artigo 282, do CPP, a Autoridade Impetrada poderá, diante das circunstâncias e condições pessoais do Paciente, determinar outras medidas cautelares previstas no artigo 319, da retromencionada legislação, desde que, fundamentadamente, demonstre serem adequadas ao caso concreto.

Por derradeiro, tendo em vista a concessão da liberdade provisória ao Paciente ficam prejudicados os demais pleitos suscitados no writ.

Ante o exposto, VOTO no sentido de CONHECER PARCIALMENTE do Habeas Corpus e, nesta extensão, CONCEDER a ORDEM, para revogar a prisão preventiva do Paciente, aplicando-se as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319, incisos I e IV, do CPP, consistentes em: a) comparecimento periódico em Juízo a cada 60 dias, para informar e justificar atividades e; b) proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização judicial, com a manutenção das medidas protetivas de urgência fixadas pelo Juízo primevo em favor da ofendida, ficando advertido o Paciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas supramencionadas poderá ensejar o seu retorno ao cárcere.

Expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA no BNMP 2.0 em favor de CLAUDIAN DIAS MACHADO, RG. n.º 24.241.740-08, filho de Luzinete Dias Machado e Cláudio Ferreira Machado, que deve ser imediatamente posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, com rigorosa e estrita observância das cautelares fixadas, bem como das medidas protetivas de urgência fixadas pelo Juízo de origem, ficando advertido o Paciente de que o descumprimento de qualquer das medidas cautelares estabelecidas poderá ensejar seu retorno ao cárcere.

É como voto.

Sala das Sessões da Primeira Câmara Criminal 2ª Turma do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 20 de fevereiro de 2024.

DESEMBARGADOR BALTAZAR MIRANDA SARAIVA
RELATOR
BMS10